

## UM BALANÇO DE MINHA TRAJETÓRIA ACADÊMICA

Rosélia Piquet

### A BALANCE OF MY ACADEMIC TRAJECTORY

Rosélia Perissé da Silva Piquet <sup>A</sup>

 <https://orcid.org/0000-0003-3801-3782>

<sup>A</sup> Universidade Candido Mendes - Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil

Correspondência: ropiquet@terra.com.br

DOI: 10.12957/cdf.2022.68566

Recebido em: 15 mai. 2022 | Aceito em: 17 jun. 2022.



*A professora Rosélia Piquet.  
Imagem cedida pela autora.*

#### Apresentação

Resgatar uma vida profissional que já se alonga por 50 anos não é tarefa fácil. É buscar racionalidades nas ações, opções, atuações, as quais muitas vezes não estiveram presentes. É deixá-las escapar onde existiram. É perceber oportunidades perdidas. É reviver momentos marcantes, lembrar amigos queridos, emocionar-se, tensionar-se, é, enfim, viver.

Uma carreira universitária em um país que, neste mesmo intervalo de tempo, atravessou conjunturas traumáticas estará inexoravelmente marcada pelas condições da vida nacional. Será sob esta perspectiva que apresentarei este Memorial, o qual procura retratar não só minha própria busca pelo conhecimento, como também por um ensino universitário mais qualificado, à medida que permitiram minhas forças e as forças sociais ante as quais me situei.

## **1. Formação**

Ingressando na universidade na segunda metade da década de 1950, minha formação acadêmica em Ciências Sociais foi desde cedo marcada pela presença de professores de renome: Evaristo de Moraes Filho, Vitor Nunes Leal, Djacir Menezes, Maria Ieda Linhares, Josué de Castro, Darcy Ribeiro. As profundas diferenças ideológicas entre esses professores permitiam que seus alunos tivessem, desde logo, acesso a autores clássicos do pensamento social de diferentes matrizes teóricas, tais como: Ricardo, Marx, Keynes, Schumpeter, Hansen.

Minha acentuada inclinação pelo campo econômico levou-me a cursar Economia na Universidade Federal Fluminense, aliando, desta maneira, um aprendizado mais aprofundado nesta ciência à formação humanista proporcionada pelo curso de Ciências Sociais. Graduei-me em ambas.

Assim foi como aprendi que existiam problemas e conceitos básicos difíceis, mas centrais para o entendimento da Teoria Econômica e, também, da História e Política Econômica, que não podiam ser tratados por simples equações. Felizmente, a esterilidade bem-comportada de certos manuais de micro e macroeconomia não estava ainda em moda em nossas escolas, e pude interessar-me pelos mesmos problemas que preocupam sucessivas gerações de economistas: como se forma e se acumula capital, como se distribui a renda, como se move e desenvolve um sistema econômico capitalista com sua estrutura técnica de produção e suas instituições básicas. Estas são questões ainda hoje centrais no debate econômico e muito mais complexas do que a compreensão de uma curva de indiferença ou os efeitos da elasticidade na variação de preços. Assim fui iniciada no estudo da Teoria Econômica: na tradição da relevância teórica e abertura ideológica.

Tendo iniciado na carreira docente com apenas 24 anos, a formação paulatina de minhas próprias opiniões sobre economia brasileira e política econômica não poderiam deixar de estar profundamente influenciadas pelo pensamento da Comissão Econômica da América Latina e o Caribe CEPAL. As contribuições de Aníbal Pinto, Raúl Prebisch, Celso Furtado exerciam fascínio sobre os jovens universitários e pesquisadores do país. A concepção teórica cepalina na qual me formei denunciava o liberalismo econômico, a divisão internacional do trabalho entre países industrializados e não industrializados, assim como a política monetária e financeira do Fundo Monetário Internacional (FMI). Daí ousava-se insistir em conceitos, tais como: “desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico”; “industrialização deliberadamente perseguida”; “planejamento conduzido pelo Estado”. Acreditava-se firmemente que a promoção do desenvolvimento via industrialização e mediante a ação planejada do Estado seria capaz de transformar o país em uma grande nação.

Um dos centros de pesquisa de maior renome no Rio de Janeiro era então o Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais, patrocinado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no qual iniciei, como bolsista concursada, meu aprendizado em metodologia de pesquisa.

A seguir, já então no Instituto de Ciências Sociais, tive a oportunidade de trabalhar sob a orientação do prof. Maurício Vinhas de Queiroz na pesquisa “Grandes Grupos Econômicos do Brasil”, investigação pioneira sobre a formação industrial do país. Ainda nessa Instituição e como desdobramento das questões levantadas pela investigação, participei da pesquisa “Setores Líderes da Industrialização Brasileira”. Mas os sonhos com as reformas de base e com as propostas industrialistas da CEPAL dramaticamente chegam ao fim na década de 1960.

Com as equipes de pesquisas desmanteladas e a perseguição política implantada no interior da Universidade, orientei-me no sentido de solicitar licença para a realização de estudos que permitissem preencher lacunas de minha formação. Meu ingresso no curso de Aperfeiçoamento em Engenharia Econômica e Administração de Empresas, ministrado na Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), teve esse objetivo. O curso, de 520 horas em sala de aula, estruturava-se em blocos de disciplinas que exigiam provas individuais em sala de aula. Ao concluí-lo solicitei minha transferência para a Faculdade de Economia e Administração.

O ambiente universitário dos primeiros anos da década de 1970 foi marcado por um clima de desolação, desconfiança e tristeza, notadamente para as áreas de Ciências Sociais. A Reforma Universitária de 1970 duplicou o número de alunos aceitos sem a correspondente alteração dos quadros docentes. Na Faculdade de Economia, não foi diferente, e passei, com isso, a dar aulas para turmas de até 100 alunos, o que exigia um esforço adicional em termos didáticos e de capacidade de liderança.

Nesses anos de triste memória para as universidades públicas brasileiras, o ambiente acadêmico da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ) se apresentava mais aberto, e era possível, ainda que sob permanente risco, debater as questões que tanto afligiam nossa sociedade. Durante três anos (de 1971 a 1973), lecionei Economia para o Ciclo Básico dessa Universidade.

Contrastando com o quadro repressivo nas Ciências Sociais, a área tecnológica passou a contar com crescente apoio financeiro dos principais órgãos de financiamento do país, viabilizando a implantação de novos cursos de mestrado. Na UFRJ, a Coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia (COPPE) firmou-se como centro de excelência e, dentre os seus cursos, o Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, pelo seu caráter interdisciplinar, tornou-se desde logo muito procurado. Em 1974, ano em que me inscrevi, 110 candidatos disputaram as 30 vagas oferecidas.

Até então, meu campo de interesse concentrava-se nos aspectos macroeconômicos do processo de desenvolvimento segundo a concepção de espaço abstrato das relações sociais. A passagem pelo mestrado indicou-me a importância das repercussões sobre o espaço territorial, em suas escalas nacional, regional e local, das transformações que se operam no plano socioeconômico. A adoção do planejamento como meio de orientar e modificar as tendências da urbanização e como forma de intermediar os conflitos entre interesses nacionais e regionais atravessava seu período áureo no país.

Seja pela influência das agências governamentais de planejamento, que pressionavam no sentido da formação de quadros técnico-operacionais, seja por sua inserção acadêmico-institucional na COPPE, a estrutura curricular do curso era marcadamente quantitativa, incluindo Estatística, Programação Linear, Métodos Quantitativos de Análise Regional, e os conteúdos programáticos das disciplinas eram centrados em modelos analíticos também quantitativos.

Foi sob essa orientação que elaborei meu trabalho de dissertação, no qual desenvolvi um estudo sobre o grau de concentração industrial exercido pela Área Metropolitana do Rio de Janeiro. Utilizando-me de dados censitários e com base na metodologia desenvolvida por Dunn, Perloff e Isard, busquei avaliar e quantificar as modificações na estrutura e no desempenho desse parque industrial.

O país, ainda que timidamente, começava a se desvencilhar da repressão política mais pesada, e foi nesse período que fui convidada, pelo Ministério das Relações Exteriores, para integrar o corpo docente do Instituto Rio Branco. Esta foi uma das experiências didáticas mais gratificantes que tive em minha carreira de professora universitária. O alto nível intelectual dos alunos e a dedicação com que levavam o curso constituíam-se em um permanente desafio. O tratamento que imprimi ao curso, incluindo temas inovadores, tais como: o conceito de industrialização restringida, o debate sobre desemprego tecnológico, a análise do papel do investimento público como suporte da acumulação privada e a introdução de autores como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e Carlos Lessa, bem como a abordagem crítica sobre a política econômica vigente, conquistaram os futuros diplomatas, que me indicaram entre seus professores homenageados nas três turmas em que participei. A transferência do Instituto para Brasília, em 1977, impediu, contudo, o prosseguimento dessa experiência gratificante.

Considerando o pequeno número de cursos de doutorado existentes no país até o ano de 1978, a legislação brasileira permitia a todos aqueles que contassem com dez anos ou mais de efetivo exercício do Magistério Superior candidatar-se ao exame de doutorado e, simultaneamente, ao concurso de livre-docência. Estruturado nos mesmos moldes do concurso para professor titular da época, este concurso apresentava as seguintes exigências: Prova Escrita, com ponto sorteado na hora; Prova de Títulos; Defesa de Tese inédita; Prova Didática, com ponto sorteado em 24 horas de antecedência, perante banca examinadora constituída de cinco professores, sendo três obrigatoriamente de outras instituições de ensino superior do país.

O ponto sorteado para a Prova Escrita — “A especificidade histórica do fenômeno do subdesenvolvimento” — permitiu-me apresentar a revisão crítica do pensamento da CEPAL e discorrer sobre as teses que interpretavam a industrialização dos países subdesenvolvidos como retardatária e restringida.

Ao elaborar meu trabalho de tese — “A industrialização brasileira em sua dimensão espacial” —, pude aprofundar o tema que então me instigava: as formas espaciais assumidas por um processo de industrialização retardatária. Tomando como base empírica de referência o caráter espacialmente concentrado da industrialização brasileira, foram examinadas as principais correntes do pensamento econômico, que têm na alocação espacial de recursos seu ponto central de interesse, o papel das metrópoles no decorrer do processo de desenvolvimento e, ainda, as condições e os problemas enfrentados pelo planejamento regional em um contexto econômico subdesenvolvido.

A banca examinadora foi constituída pelos professores da UFRJ Oscar Dias Correa (professor titular, presidente da banca) e Maria da Conceição Tavares (professora titular), Roberto Macedo (professor titular FEA/USP), Paulo Haddad (professor titular FEA/UFMG) e Francisco Lopes (PUC/RJ).

## **2. Atividades docentes e atuação institucional**

A realização do concurso de livre-docente constituiu-se um marco definidor em minha carreira: pude então ascender à condição de professora adjunta e passei ao regime de 40 horas e Dedicção Exclusiva. Convidada pela diretoria da COPPE para integrar o corpo docente do Mestrado em Planejamento Urbano e Regional (PUR), já então com quase 20 anos ininterruptos de exercício no ensino de graduação, iniciei uma nova experiência acadêmica: desenvolver o ensino e a pesquisa em uma unidade de pós-graduação.

Em 1980, a COPPE propôs a desvinculação de três de seus Programas: Administração, Economia da Tecnologia e Planejamento Urbano e Regional. Enquanto os dois primeiros foram imediatamente incorporados ao Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), o PUR sofreu um longo e penoso percurso administrativo até sua vinculação definitiva a este Centro.

É nesse período que julgo ter desempenhado um papel decisivo nesse processo: assumindo a coordenação do mestrado em 1981, contando com apenas seis professores (dos quais três haviam ingressado na Universidade em 1980) e enfrentando a hostilidade de uma reitoria que não aceitava a orientação acadêmica adotada. A manutenção e a reestruturação do PUR exigiram muita dedicação e energia. Foram anos de luta

administrativa no interior da Universidade para que o curso não se descaracterizasse ou, até mesmo, fosse extinto.

Lutei com todas as minhas forças para preservá-lo, contando, naturalmente, com o apoio do corpo docente e discente do PUR e com a discreta simpatia pela causa, manifestada por professores e dirigentes da UFRJ. Foi o esforço, a dedicação e a solidariedade do corpo docente do PUR que proporcionaram o reconhecimento do curso junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), bem como a montagem de uma nova estrutura curricular. Ao assumir a coordenação, o PUR contou com conceito “C” na avaliação da CAPES. Após quatro anos de mandato, além de conceito “A”, o processo de credenciamento do curso junto ao Conselho Federal de Educação encontrava-se concluído. Sua vinculação institucional ao Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas permanecia, contudo, ainda inconclusa. As tarefas administrativas, dado seu caráter conflituoso, ocupavam muito de meu tempo de trabalho que, evidentemente, abrangiam as atividades didáticas e de pesquisa.

Em meados da década de 1980, as universidades federais atravessavam um dos seus períodos críticos e, na pauta das reivindicações das Associações Docentes, o item “autonomia universitária” ganhava relevância. Para a UFRJ, a luta concentrou-se na defesa da escolha autônoma dos novos dirigentes. Abriam-se, assim, novos horizontes para a vida administrativa da UFRJ: pela primeira vez em sua história, seus dirigentes seriam eleitos pela escolha direta de professores, alunos e funcionários. Sensível à importância de participar desse movimento renovador, aceitei a sugestão de colegas do Departamento de Economia e candidatei-me ao cargo de decano do CCJE. Vi-me, então, envolvida em uma campanha eleitoral que assumiu proporções bem maiores do que eu supunha, uma vez que quatro candidatos se inscreveram. Eleita pela maioria dos votos das três categorias de votantes, assumi o cargo em dezembro de 1985.

Convicta de que os professores da pós-graduação deveriam participar do ensino de graduação, me atribuí como primeira tarefa estabelecer formas de entrosamento didático entre os cursos. Neste sentido, pude contar com a colaboração efetiva de professores do Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (COPPEAD) e

do PUR e pessoalmente passei a oferecer a disciplina Economia Regional para os alunos do curso de Economia.

Dispondo de mais um mandato no Conselho Universitário e tendo sido eleita por meus pares para constituir a Comissão de Ensino e Títulos deste Conselho, tornou-se possível recolocar a questão da vinculação institucional do PUR. Procurei, então, defender perante esse Conselho que a proposta de criação de um Instituto autônomo vinculado ao CCJE não era fruto de disputas menores no interior da Universidade, mas decorria do próprio perfil curricular do curso e da natureza específica do planejamento urbano e regional. Com a aprovação, pelo Conselho Universitário, da proposta de criação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), este passou a se constituir em uma experiência original e inovadora nesta área de conhecimento no contexto universitário brasileiro.

Os convites que passei a receber para participar de Comissões de Avaliação da CAPES e as solicitações do CNPq e da Finep para elaborar pareceres técnicos em propostas de pesquisas, creio, são formas de reconhecimento ao meu trabalho.

Ao longo de todo esse período, procurei renovadas formas de aperfeiçoamento individual e de abertura institucional para o IPPUR. Foi neste sentido que permaneci, durante três meses, como professora visitante da Universidade Politécnica de Barcelona. Posteriormente, dirigi-me à Universidade Nacional Autônoma do México, onde tive a oportunidade de discutir com professores do Departamento de Teoria e Análise Econômica formas de colaboração acadêmica com o IPPUR. Representei também a UFRJ no Seminário “Universidad y Derechos Humanos en América Latina”, na Universidade de Lomas de Zamora, em Buenos Aires.

Nesse mesmo sentido, passei a participar da *Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio – RII*, com direção geral do prof. Carlos de Matos. Pela minha frequente participação na apresentação de trabalhos e nos encontros dos seminários anuais (1993-2012), fui convidada para coordenar, em colaboração com a professora Alicia Castanha, o *Grupo 1. Reestructuración económica global y transformaciones tecno-productivas: impactos territoriales, socio-ambientales del cambio climático y la crisis alimentaria*.

### 3. Atividades de pesquisa

Em 1982, iniciei pesquisa individual apoiada por bolsistas de iniciação científica com o apoio financeiro do CNPq. Desenvolvi a linha de pesquisa sobre *Emprego Metropolitano e divisão espacial do trabalho no Brasil* durante os anos de 1982/1989. Artigos publicados com base nela encontram-se no meu currículo.

Posteriormente, meu interesse concentrou-se na análise sobre *As articulações entre capital, trabalho e Estado na produção do meio ambiente construído, com foco na provisão de moradia ao trabalhador*. Embora considerando que a moradia do trabalhador, enquanto objeto de estudo, fosse um dos campos privilegiados pela análise sociológica e antropológica e, portanto, um caminho já bastante trilhado, julguei que a abordagem econômica poderia levantar novos ângulos sobre a questão. Para desenvolver essa temática, realizei estudos de caso de gêneses diversas e subordinados a dinâmicas específicas. Ao optar por estudos de caso, tinha presente que este formato de investigação não permitia generalizações. Mas, dada a multiplicidade dos aspectos que permeiam a questão básica discutida, considerei que, por meio desses estudos, um pouco da história das lutas que se travaram e se travam entre capital, trabalho e Estado em torno do meio ambiente construído poderia ser resgatada.

Metodologicamente, o que pretendi foi permanecer no difícil equilíbrio entre as generalizações que nada avançam — por exemplo: identificar, no modo de produção capitalista, as causas das condições de reprodução da força de trabalho, remetendo nossa história à história já feita pelas sociedades nacionais europeias — e, ao mesmo tempo, evitar perder-me no particular, nas “especificidades locais”, isolando, com isso, os processos analisados de suas determinações mais gerais.

A primeira dessas investigações refere-se à região açucareira de Campos, RJ, quando então foram levantadas as condições da produção agroindustrial canavieira — que teriam exigido, no passado, a criação de vilas operárias nas dependências das usinas — e as transformações ocorridas nas relações sociais e nas condições gerais da produção, que levaram à superação desse modelo. Ao focar o caso da agroindústria açucareira, busquei demonstrar que este capital, impondo seu ritmo próprio de atividade (a sazonalidade) e sob a proteção do Estado, subordinava não só a força de trabalho como a própria cidade.

Os resultados dessa pesquisa foram apresentados no Seminário *Acumulação e pobreza em Campos: uma região em debate*. Posteriormente, os temas tratados no seminário foram publicados, com esse mesmo título em: Rio de Janeiro Publipur/UFRJ, 1986, Série Monográfica n. 3.

Nessa temática básica, mas já em 1987, iniciei nova pesquisa sobre a questão dos assentamentos humanos induzidos pela implantação de Grandes Projetos de Investimentos (GPIs). Elaborei, assim, um plano de trabalho mais abrangente a ser desenvolvido por etapas sucessivas e escopos específicos complementares. Seu fio condutor situou-se nos estudos dos processos urbanos deflagrados pela implantação de empresas de grande porte. Foram analisadas experiências englobando empresas tanto do setor produtivo estatal quanto do setor privado e que tivessem suas unidades produtivas localizadas não só em regiões de fronteira econômica como também em áreas já consolidadas. Considerou-se expressivo que tais empresas estivessem compreendidas em setores competitivos internacionalmente, posto que lhes seriam exigidos elevados padrões tecnológicos na esfera da produção. Os casos analisados cobrem diferentes períodos da história da industrialização brasileira.

O primeiro desses estudos reportou-se à experiência da **Cia. Siderúrgica Nacional (CSN)**, que, na década de 1940, ao localizar-se de forma isolada, afastada de qualquer malha urbana prévia, promoveu suas próprias condições gerais da produção, dando origem à cidade de Volta Redonda. A análise desse caso permitiu-me identificar as mudanças nas prioridades não só da Companhia como também do próprio Estado relativas à moradia e à provisão dos bens coletivos de consumo. Representa um exemplo clássico e consolidado de cidade que teve sua origem em função de um grande empreendimento.

O estudo da implantação e trajetória das **Indústrias Klabin de Papel e Celulose**, no município de Telêmaco Borba, no Paraná, retrata o pioneirismo de um grupo nacional que se instalou em 1934 em região de fronteira econômica do país.

Os projetos bilionários do setor produtivo estatal foram representados pela análise do caso da companhia **Aço Minas Gerais S.A. (Açominas)**. O elemento instigante de seu estudo foi o fato de, mesmo sendo localizada no coração histórico do país, ter optado por construir uma bem equipada cidade no pequeno município de Ouro Branco, em Minas Gerais.

A versão moderna do empresariado nacional de então foi analisada no caso da **Aracruz Celulose S. A.**, a maior exportadora de celulose de fibra curta do país, que instalou, na década de 1980, em obscuro e pobre município do Espírito Santo, um complexo produtivo verticalizado englobando florestas, unidade fabril, porto e núcleo urbano.

Finalmente, a conturbada região de Carajás é examinada por meio da análise do Projeto Ferro Carajás, da **Cia. Vale do Rio Doce (CVRD)**. Mais do que relatar as características da cidade “fechada” construída pela Vale na Serra dos Carajás, este estudo teve como objetivo registrar o papel que essa companhia desempenhou na formação urbana de uma região ínvia e de fronteira econômica à época.

A análise dos impactos locais desses projetos permitiu-me apreender, de forma clara e concreta, a fragilidade das organizações sociais e das lideranças políticas locais frente ao poder inerente a um grande empreendimento e a amplitude de questões relevantes que mereciam ser investigadas. Assim, iniciei, em 1989, uma nova etapa nessa linha de investigação, na qual analiso as externalidades geradas pelos projetos minerometalúrgicos (22 projetos contavam com os incentivos fiscais concedidos pelo Programa Grande Carajás) localizados na área de influência da CVRD. Nesta etapa da pesquisa, analisei as concessões que o poder público colocou à disposição dos investidores; as relações estabelecidas entre as diversas instâncias do poder público no processo de tomada de decisão; e os efeitos desses empreendimentos frente aos problemas sociais provocados, notadamente sobre a formação e transformação dos núcleos urbanos que lhes dão suporte. Esta fase foi concluída em outubro de 1992.

Durante o desenvolvimento dessas pesquisas, passei a Bolsista de Produtividade em Pesquisa e, gradualmente, atingi a categoria 1-A, nível mais alto de classificação do CNPq. Não obstante, o fato de que a reflexão sobre as condições que marcaram a implantação desses projetos no Brasil poderia lançar luz ao debate sobre os desvios do papel do investimento público e sobre as sequelas sociais e espaciais daí advindas foi um campo pouco explorado pelas Ciências Sociais. A literatura brasileira voltada ao tema evidencia que foram implantados projetos sem claras razões produtivas, sem estudos sobre seus impactos locais e/ou regionais e, sobretudo, com o desconhecimento da sociedade sobre os custos sociais que implicavam.

As deficiências conceituais e metodológicas que afetam a avaliação de projetos se apresentaram desde logo: seja quanto à imprecisão do conceito “grande projeto”; seja pela heterogeneidade dos indicadores e a conseqüente importância de selecioná-los e hierarquizá-los segundo os objetivos da investigação; seja pelas controvérsias quanto ao período de tempo que as análises devem cobrir; seja, ainda, quanto à delimitação espacial de sua área de influência.

Os impactos provocados por esses projetos ganharam visibilidade nacional, pois sua implantação e posterior entrada em operação mudou os fluxos de mercadorias, alterou o sentido das migrações e redefiniu contornos regionais pretéritos. Seria de esperar, portanto, que os anos 1980 fossem marcados por um intenso debate sobre esses empreendimentos, uma vez que seus impactos já se faziam presentes e que o país atravessava um período de relativa abertura política. As diretrizes voltadas para sua reavaliação ficaram, contudo, limitadas aos esforços isolados de pesquisadores ou instituições não governamentais, trabalhando sob condições financeiras restritivas e não contando com meios eficientes de divulgação de seus resultados. Coincidentemente, a formação de pessoal especializado foi desprezada com o cancelamento da disciplina *Elaboração e Avaliação de Projetos* nos currículos de inúmeras escolas de Economia do país.

A avaliação de projetos constitui-se ainda em campo de investigação a ser renovado, desde que sob uma perspectiva interdisciplinar e com base em novos paradigmas metodológicos. Portanto, não enquanto avaliação de projetos “*stricto sensu*”, mas, sim, enquanto campo de investigação sobre a realidade brasileira.

Ao orientar e/ou pessoalmente desenvolver as análises acima referidas, pretendi demonstrar que os novos recortes regionais promovidos por grandes investimentos — que se tornaram os veículos de novas condições técnicas da produção por todo o território nacional — romperam os cortes analiticamente utilizados de velhas dicotomias: urbano/regional, cidade/campo e tradicional/moderno. Os resultados dessas pesquisas foram por mim organizados e publicados no livro: *Cidade-Empresa: presença na paisagem urbana brasileira*, publicado em: Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

Com o término de meu mandato de decana do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas em 1990, retornei às minhas atividades de professora do IPPUR. Logo a seguir, foram abertos concursos para vagas de professor titular, dentre as quais uma havia

sido destinada ao Instituto. Preparava-me para enfrentar mais esse desafio em minha carreira. Ao contrário da maioria dos concursos para essa categoria docente só contarem com um candidato, no meu caso, outro professor do Instituto também havia se inscrito. Tive, mais uma vez, que me preparar e me tencionar para enfrentar o desafio. Em 23 e 24 de março de 1993, diante da banca examinadora constituída pelos professores Carlos Lessa (UFRJ), Milton Santos (USP), Aldo Paviani (UNB), Celso Lamparelli (USP) e José Antônio Ortega (UFRJ), apresentei a palestra *Reestruturação do Espaço Regional e Urbano no Brasil: o poder do Estado e dos grandes investimentos*.

Os debates sobre esse tema estavam em plena efervescência, pois esse era o momento em que se delineavam no cenário nacional e se firmavam no cenário mundial movimentos de globalização, de um lado, e de regionalização, de outro, pressionando no sentido de enfraquecimento do Estado-Nação. O nível regional passou a ter importância relativamente menor, dado que as intervenções setoriais assumiram papel central na dinâmica dos circuitos espaciais da produção. O texto da palestra foi posteriormente publicado na Série Monográfica, da UFRJ/IPPUR, 1993.

Com minha aprovação em primeiro lugar, passei à categoria de professora titular, dando continuidade à minha carreira na UFRJ. Nessa época, o IPPUR já contava com os cursos de mestrado e doutorado, excelente avaliação na CAPES, um corpo docente qualificado e com uma importante participação discente e docente nos encontros da área. Em 1999, com mais de 35 anos de intenso e ininterrupto exercício docente decidi me aposentar.

#### **4. Novas perspectivas de trabalho**

Logo após aposentar-me, fui convidada pela diretoria da Universidade Candido Mendes de Campos dos Goytacazes (UCAM-Campos) para implantar um mestrado na área de Planejamento Urbano e Regional. A Candido Mendes é uma tradicional universidade do setor privado, fundada há mais de 100 anos, com atividades no ensino de pós-graduação, sede na cidade do Rio de Janeiro e unidades de ensino em cidades do interior do estado. A unidade de Campos dos Goytacazes exercia um importante papel no ensino de graduação da Região Norte Fluminense. Tendo em vista que o Centro de Pesquisas da Candido Mendes (Cepecam) desenvolvia apenas pesquisas de opinião e

pequenos estudos encomendados, considereei que o mais adequado seria propor um mestrado profissional, recente modalidade de curso *stricto sensu* implantado pela Capes em 1998.

A Região Norte Fluminense, segunda em importância no estado, era então conhecida como de hábitos conservadores. Sua economia baseada na produção de açúcar e álcool já se encontrava em franca decadência nos anos 2000, com usinas utilizando até mesmo trabalho escravo. Em levantamentos posteriores sobre o período ditatorial, uma delas foi apontada como crematório de condenados pela ditadura. Era também nessa região que a organização “Tradição, Família e Propriedade (TFP)” ainda realizava reuniões regulares na cidade de Campos e que os cultos da Igreja Católica permaneciam sendo realizados em latim, com o padre celebrando as missas de costas para os fiéis (até hoje um de seus bispos mantém esse ritual). Surpreendentemente, pude contar com total liberdade acadêmica, e até mesmo política, proporcionada pela diretoria da unidade de Campos.

Por ser egressa da UFRJ e vinculada ao curso avaliado pela Capes como o melhor do país na área de planejamento urbano e regional (IPPUR), adotei, desde logo, rigorosas regras de controle quanto à qualidade do ensino e à avaliação discente. Uma das inovações foi a inclusão, na grade curricular das disciplinas, de Estatística Aplicada ao Planejamento I e II e Introdução à Demografia, que não constavam nos demais mestrados da área, mas que eram consideradas fundamentais como base para a pesquisa acadêmica. Primeiro mestrado profissional na área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia, desde 2001, o curso apresentou uma trajetória de sucesso não só pelo rápido credenciamento da Capes obtido em 2002 como também pela elevada demanda de candidatos nos primeiros anos graças ao reconhecimento da alta qualificação da equipe de professores constituída de docentes oriundos da UFRJ.

Com o correr dos anos, o corpo docente passou gradualmente a ser exercido por professores-doutores de outras universidades, tais como da UFMG, UNICAMP, UENF, Viçosa; hoje é exercido por docentes residentes em Campos. Além das atividades didáticas estrito senso, desde 2001, tendo como objetivo proporcionar aos discentes o acesso a profissionais de reconhecido conhecimento nos temas da área PURD, passamos a organizar anualmente um dos eventos que posteriormente veio a se tornar uma importante reunião acadêmica da região, o *Seminário de Integração Regional – SIR*.

Como coordenadora do Programa, outras iniciativas de relevo foram atingidas, contando sempre com o apoio do corpo docente.

São elas:

- Criação do *Boletim Petróleo, Royalties e Região*, que levou a temática central do curso para o público externo proporcionando visibilidade ao Programa.
- Criação do banco de dados *Info Royalties* por meio da consolidação e reorganização dos dados oficiais da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que se tornou uma importante fonte de informações de dados sobre o rateio da distribuição de royalties e participações especiais aos estados e municípios de todo o país. Este Boletim até hoje vem sendo consultado não só por pesquisadores acadêmicos como também por políticos e agentes públicos.
- Elaboração do livro *Indústria e Território no Brasil Contemporâneo* (Editora Garamond, 2007) utilizando linguagem mais acessível do que a de sofisticados compêndios econômicos, em decorrência da diferenciada formação dos alunos do Programa (engenheiros, médicos, advogados e outros) como também por ministrar a disciplina Economia e Território no Brasil.
- Publicação de seis coletâneas sobre o desenvolvimento da Região Norte Fluminense.
- Participação crescente do corpo docente e discente nos encontros acadêmicos da área.
- Produção bibliográfica que, em 2019, foi a mais alta de todos os programas da área PURD.

Em 2017, com a certeza de já termos atingido maturidade acadêmica, solicitamos e obtivemos o credenciamento do curso de doutorado, o que exigiu mudanças na estruturação do programa de mestrado, quando então passamos para mestrado acadêmico. Hoje o Programa conta, em seu acervo, com 205 dissertações e 11 teses de doutorado defendidas.

Durante o período de trabalho na UCAM, organizei as seguintes coletâneas:

- *Petróleo, Royalties e Região*. Rosélia Piquet (organizadora). Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

- *Petróleo e região no Brasil: o desafio da abundância*. Rosélia Piquet e Rodrigo Serra (organizadores). Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- *Mar de riqueza, terra de contrastes: o petróleo no Brasil*. Rosélia Piquet (organizadora). Rio de Janeiro: Mauad X FAPERJ, 2011.
- *O Desafio da Abundância – 10 anos do Boletim Petróleo, Royalties e Região*. Rosélia Piquet, José Luis Vianna da Cruz, Rodrigo Machado Vilani (organizadores). Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- *Transformações em curso na indústria petrolífera brasileira*. Rosélia Piquet, Helder Queiroz Pinto Junior (organizadores). Rio de Janeiro: E-Papers, 2018.
- *Norte Fluminense: uma região petrodependente*. Rosélia Piquet (organizadora). Rio de Janeiro: Telha, 2021.

Rosélia Piquet

Junho de 2022.

*Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.*